



BOLETIM OFICIAL de São Francisco do Sul

Edição 408

São Francisco do Sul, 13 de maio de 2016

Assessoria de Comunicação

Boletim Oficial

DIVERSOS

Processo n. 14478/2015

Vistos stc.

A empresa ECOPAG ADMINISTRADORA DE CARTÕES EIRELLI ME, após o devido processo licitatório (Pregão Presencial n. 044/2015 – fls. 08-22), em 18 de maio de 2015, firmou contrato com o Município de São Francisco do Sul (fls. 03-07) para realizar o fornecimento, gerenciamento, implantação e administração dos cartões para concessão do auxílio refeição/alimentação aos funcionários municipais da Prefeitura de São Francisco do Sul, conforme as especificações previstas no Edital de Licitação.

Em 02 de outubro de 2015, foi determinada a abertura de procedimento administrativo em razão das reclamações dos servidores municipais de que os estabelecimentos informados como credenciados pela Ecopag não estavam aceitando receber o crédito disponível ao servidor por meio do "cartão Ecopag", bem como houve a denúncia por meio dos estabelecimentos comerciais do Município, cadastrados pela Ecopag para receber o crédito dos cartões, de que a empresa não estava efetuando o pagamento e por consequência, estavam recusando o respectivo cartão.

A empresa foi notificada (fl. 24) para regularizar a situação e apresentar defesa. A empresa apresentou defesa em 15 de outubro de 2015, informando em síntese que estava cumprindo com as obrigações assumidas no contrato (fls. 56-60). Feita nova notificação à Ecopag para que esclarecesse o porquê de haver apenas 24 estabelecimentos atendendo aos servidores, para que cumprisse o determinado no item 10, a, b, c do Termo de Referência e esclarecesse a denúncia da empresa Desconsi e Litwinski Supermercados Ltda (Chapeco Supermercado) (fls. 63-64). A empresa respondeu à notificação informando que a denúncia da empresa Desconsi e Litwinski era infundada, apresentando decisão judicial em seu favor para sustar o protesto da dívida. Informou ainda que não eram apenas 24 os estabelecimentos que estavam aceitando o cartão Ecopag, e que tinha apresentado uma relação com 60 estabelecimentos e todos com os devidos repasses dos pagamentos. Colocando-se à disposição para ampliar a rede credenciada. afirmou que a abertura do procedimento administrativo se deu por questões políticas.

Supermercado Barão denunciou a falta de pagamento pela Ecopag (fl. 70). Giassi Supermercado deixou de receber o cartão em novembro de 2015 (fl. 73). Novamente a empresa foi notificada para cumprir o contrato e esclarecer as denúncias das empresas (fls. 76-77). Em 14 de dezembro a empresa informou que estava em negociação com o Supermercado Giassi quanto ao prazo de repasse e quanto ao Supermercado Barão seria problemas de desconfiança em razão da empresa anterior contratada pela Prefeitura. afirmou que não havia dívidas com esses estabelecimentos (fl. 78). Em dezembro de 2015 o Sindicato dos Servidores Públicos solicitou providências ao Município (fls. 90-91). Em 15 de janeiro de 2016, o contrato foi suspenso para que a empresa regularizasse sua rede credenciada sob pena de rescisão contratual por descumprimento do contrato (fl. 93).

Em 17 de fevereiro de 2016, a empresa propôs a rescisão amigável do contrato alegando que interrompeu "suas vendas governamentais por tempo indeterminado, em razão das inadimplências sofridas por diversas Prefeituras" (fl. 103). Informou, ainda, que possuía um saldo nos cartões dos servidores no valor de R\$232.516,89 (duzentos e trinta e dois reais quinhentos e dezesseis reais e oitenta e nove centavos) e que pretendia a devolução do referido valor. Em 02 de março de 2016, realizou a devolução de R\$23.244,18 (vinte e três mil

duzentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos) – fl. 106.

É o relato.

Os fatos estão apurados e são incontroversos, inclusive a própria empresa assumiu que de forma unilateral deixou de cumprir as obrigações contratuais com os órgãos públicos. Garantiu-se à empresa o direito à defesa e ao contraditório, que exercitou. Desnecessário alongar-se a dilação probatória.

Decido.

Ao estabelecer que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (art. 41 da Lei n. 8.666/93), a Lei de Licitações vincula também cada licitante às condições e exigências nele estabelecidas e que incluem as obrigações contratuais (Lei n. 8.666/93, art. 40, §2º, III). Por conseguinte, a empresa Ecopag estava ciente das suas obrigações, previstas no edital e anexos, e que deveria cumprir durante todo o período contratual. Assim, não há justificativa para unilateralmente a empresa decidir não cumprir o contrato.

Note-se que a empresa cotou em sua proposta taxa de administração negativa de 4,6%. Todavia, agora se verifica com nitidez, não estava apta para prestar serviços a que se obrigou, pelo preço que cotou. Note-se, também, as reclamações das empresas credenciadas, a falta de pagamento e a impossibilidade de uso do cartão pelos servidores.

Notificada várias vezes para cumprir suas obrigações contratuais a empresa sempre alegava estar cumprindo rigorosamente, inclusive se dispondo a ampliar a rede de estabelecimentos credenciados, apresentando relatórios e contestando as informações levantadas pela Administração. Indisfarçável, nesse contexto, a desqualificação técnica e econômico financeira da empresa, que fora contratada para prestar, durante um ano, serviços de vital importância para o servidor Municipal; bem com o lhe foi garantido prazo para se restabelecer e adequar seu cumprimento contratual.

Dai a falta de pagamento aos fornecedores até o abandono do contrato, além de ter retido o repasse do Município, não devolvendo o valor aos cofres públicos nem dando ao servidor o direito de utilizar o valor do auxílio alimentação.

Assim, não resta outra alternativa a Administração senão a rescisão unilateral do contrato, seja pelo não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas e prazos (art. 78, incisos I e II, da Lei n. 8.666/93). A rescisão unilateral do contrato pela Administração não prejudica a aplicação das sanções pertinentes. É o que se extrai do disposto nos arts. 79, I e 80, caput, e 87 da Lei n. 8.666/93, que à Administração se impõe aplicar como dever e não como faculdade.

Na dosagem da penalidade há de se levar em conta as repercussões da conduta faltosa, especialmente o prejuízo causado ao comércio local e aos servidores, que cobram da Administração o ressarcimento de seus prejuízos, sem que o Município tenha dado causa. Pois a Administração pagou por vales alimentação que não pode usar porque sem aceitação no mercado, no valor de R\$ 232.516,89, sendo que deste somente R\$ 23.244,18 foram ressarcidos pela empresa. Dai entendido ser necessária a aplicação da rescisão unilateral e a aplicação, em grau máximo, da penalidade prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/93 – suspensão por dois anos, do direito de licitar e contratar com a Administração. Deve, ainda, ser aplicada a multa de 2% do valor integral do empenho.

DECISÃO:

Considerando as razões expostas acima e com fundamento no art. 79, I, e 87, incisos II e III, da Lei n. 8.666/93, aplica-se a empresa ECOPAG ADMINISTRADORA DE CARTÕES EIRELLI ME a pena de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA NA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE DOIS ANOS, multa de 2% do valor global do contrato. Bem como determino a devolução imediata dos valores retidos dos cartões dos servidores Municipal no total de R\$209.272,71 (duzentos e nove mil duzentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos).

Caso não haja o cumprimento voluntário do pagamento da multa e restituição aos cofres públicos, determino desde logo o ajuizamento da ação judicial cabível.

Publique-se e cumpra-se.

São Francisco do Sul, 11 de maio de 2016.

Luiz Roberto de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL ESTADO DE SANTA CATARINA SAMAE DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Ata de Registro de Preços N.: 001/2016

Contratante...: SAMAE DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Contratada....: NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA RW EIRELI EPP

Valor.....: (ABAXO)

Vigência.....: Início: 13/05/2016 Término: 13/05/2017

Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL 003/2016

Objeto.....: Sistema de Registro de Preços para fornecimento de CONTRATAÇÃO DE HORAS TÉCNICAS DE INFORMÁTICA, conforme descrições e especificações constantes no anexo I do edital de licitação 003/2016, com vigência de 12 meses a partir de sua assinatura.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor unitário (máximo)
01	400	Horas	Hora Técnica para prestação de serviços de informática setor administrativo	R\$ 110,00

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

EDITAL DE LICITAÇÃO 002/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Francisco do Sul/SC, torna público que o processo de licitação para Fornecimento de combustíveis, com fornecimento diário diretamente da bomba do posto de serviço, destinado ao abastecimento dos veículos oficiais do SAMAE de São Francisco do Sul, foi DESERTO, pois nenhuma empresa compareceu ao certame.

Fernando Oliveira Ledoux
Diretor Presidente do SAMAE

EXPEDIENTE

Boletim Oficial de São Francisco do Sul Criado através da Lei Municipal nº 795, de 17 de novembro de 1982 | **Produção** Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul | **Endereço** Praça Getúlio Vargas, 01. Centro. São Francisco do Sul. Cep 89240-000 | **Telefone** 47/3471-2222 | **E-mail** imprensa@saofranciscodosul.sc.gov.br | **Homepage** www.saofranciscodosul.sc.gov.br

Como publicar atos no BOSFS Atos Oficiais da administração direta e indireta da PMSFS devem ser encaminhados para publicação no Boletim Oficial de SFS diretamente à Assessoria de Comunicação. Os atos devem ser enviados por meio eletrônico ao e-mail imprensa@saofranciscodosul.sc.gov.br em um único arquivo, em formato .doc, contendo apenas texto, sem qualquer tipo de imagem, como escudo, logomarca, símbolo ou assinatura. O prazo para aproveitamento na edição da mesma semana vão até as 15h das sextas-feiras

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul